



**HISTORIAL DEL ARTÍCULO:**

Recepción: 20 de agosto 2010

Aceptación: 14 de julio 2011

Recepción versión final: 27 de julio 2011

Accesible en línea: 26 de agosto 2011

**ANTECEDENTES DA EDUCAÇÃO DE AUTISTAS  
NO BRASIL: Teorias políticas e suas influências  
nas práticas pedagógicas em centros de  
atendimento educacional especializado.**

*Josiane Maria Bonatto Bragin<sup>1</sup>*

**Resumen**

En este trabajo, a través de un ensayo teórico, tenía la intención de reflexionar sobre las prácticas de enseñanza actuales que prevalecen en los centros especializados de servicio educativo en Brasil con alumnos autistas y cómo influye en el estado histórico de las políticas y médico-modelo pedagógico influido y siguen influencia de tales prácticas. A pesar de algunos logros y avances en el camino de la educación especial en Brasil, medida

<sup>1</sup> Pedagoga especialista em Educação Especial (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento – Autismo) – UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), campus Taquaral, Piracicaba-SP, Brasil. Núcleo de Práticas Educativas e Processos de Interação – sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inês Bacellar Monteiro. Conta com apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) e do PROESP (Programa de apoio à Educação Especial).  
Correo electrónico: jobragin@professor.sp.gov.br

todavía muchos problemas en este sistema, que, en gran medida al margen de la plena garantía de los derechos de las personas con necesidades especiales que puede ser caracterizado como insuficiente las acciones organizadas entre los distintos niveles de la planificación a nivel estatal, municipal y privado, la existencia de planes, aparte de perjudicar a la realidad educativa del país a cumplir con las necesidades reales de las personas con necesidades especiales, la escasez de recursos financieros para programas de educación especial , a la falta de orientación técnica, monitoreo y evaluación de programas educativos a desarrollar con el estudiante. Señalo a nuevas posibilidades enfocado las acciones educativas y prácticas de los educadores como un proceso dialéctico en las escuelas especiales y de apoyar la inclusión de estos estudiantes a través de una actividad de mediación.

**Palabras clave:** Autismo - Historia de la educación especial - las prácticas de enseñanza

## **Summary**

In this study, through a theoretical essay, I intended to reflect on current teaching practices that prevail in specialized educational service centers in Brazil involving students with autism and how historical influences state policies and medical-pedagogical model influenced and continue to influence such practices. Despite some achievements and advances in the way of Special Education in Brazil, they measure are still many problems in this system, which, largely leaving aside the full guarantee of the rights of people with special needs

that can be characterized as insufficient actions organized between the various levels of planning at the state, municipal and private, the existence of plans apart from harming the educational reality of the country meet the real needs of people with special needs, the paucity of financial resources for special education programs ; to the lack of technical guidance, monitoring and evaluation of educational programming to be developed with the student. I point to new possibilities focused educational actions and practices of educators as a dialectical process in special schools and to support the inclusion of these students through a mediation activity.

**Keywords:** Autism - History of special education - teaching practices

## **Resumo**

Neste trabalho, através de um ensaio teórico, tenho por objetivo refletir sobre as práticas de ensino atuais que prevalecem em centros de atendimento educacional especializado no Brasil envolvendo os alunos com autismo e como historicamente as influências políticas estatais e o modelo médico-pedagógico influenciaram e continuam a influenciar tais práticas. Apesar de algumas conquistas e de avanços no percurso da Educação Especial no Brasil, dimensionam-se ainda muitos problemas nesse sistema, as quais, em grande medida, deixam à margem a garantia plena dos direitos das pessoas com necessidades especiais que podem ser caracterizados como insuficiência de ações organizadas entre os diversos níveis de planejamento nas esferas estadual, municipal e particular; a existência de planejamentos distanciados da

realidade educacional do País prejudicando o atendimento das reais necessidades dos portadores de necessidades especiais; a escassez de recursos financeiros para os programas de educação especial; a carência de técnicos para orientação, acompanhamento e avaliação da programação pedagógica a ser desenvolvida com o aluno. Aponto novas possibilidades educacionais focadas para as ações e práticas dos educadores como um processo dialético em escolas especiais e como apoio à inclusão desses alunos através de uma atividade de mediação.

**Palavras-chave:** Autismo - História da educação especial - Práticas Pedagógicas

## **Introdução**

O conceito de autismo evoluiu através de Leo Kanner<sup>2</sup>, um síndrome perspectiva nosológica comportamentais. Na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-IV (APA, 1994) e a Classificação de Transtornos Mentais e Comportamentais, CID-10 (OSM, 1993), o autismo está na categoria dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento e autismo infantil precoce chamado, autismo infantil ou autismo de Kanner. Três tipos de problemas são apresentados por Wing (1997) para descrever o autismo, principalmente o compromisso das áreas de

---

<sup>2</sup> Leo Kanner (1894-1981) foi um psiquiatra austríaco que viveu nos Estados Unidos. Em 1943 descreveu onze casos que tinham em comum um isolamento extremo, desde o início da vida e um desejo obsessivo de preservar a identidade, que nomeou como "autistas".

interação social, comunicação e padrões de comportamento, interesses e atividades restritos, repetitivos e estereotipados.

Para a descrição do diagnóstico médico e com grande dificuldade de entender e abordar alguns dos comportamentos exibidos por educação de autistas, especialmente no Brasil e fez pouco progresso em relação à educação de ensino dessas crianças. Práticas pedagógicas na educação especial para alunos com autismo são geralmente baseados em teorias que consideram o ambiente e as experiências são determinantes do comportamento. Assim, programas educativos solicitam a formação de hábitos e atividades terapêuticas que visam o repertório de exercícios, suporte, treinamento, comportamento, interação social e verbal, outras, com vista à redução de comportamentos excessivos.

A contextualização histórica neste trabalho tem como prioridade evidenciar determinantes que incidem sobre o campo da Educação Especial, especificamente na educação de alunos autistas que indicou o quanto as iniciativas estatais para a educação especial, embora estivessem e estejam articuladas a um propósito e compromisso oficial, permaneceram e ainda continuam a permanecer em uma situação restrita no que diz respeito ao acesso educacional eficaz para alunos autistas, seja no ambiente especializado de ensino seja no ambiente dito regular.

Um dos fatores constatados neste trabalho, também foi a evidencia do quanto a predominância da abordagem clínica sobre a abordagem educacional cumpre a uma exigência social que muitas vezes tem o papel de isolar as pessoas autistas, evitando a perturbação da “ordem”.

A denominação e a prática de educação especial para alunos autistas, neste determinado momento histórico, confirma a função de não educar na perspectiva de conduzir as pessoas ao processo de emancipação social, uma vez que aprisionados pela visão diagnóstica e ideológica, atividades que possuem a finalidade de formar socialmente o aluno autista passam a focar este aspecto em uma representação da reparação das fraquezas e limitações sociais e humanas, fazendo com que a visão clínica e terapêutica predominem nos programas educacionais.

### **Autismo e a história dos serviços educacionais da educação especial no Brasil**

A descrição do autismo só ocorreu em 1943 e antes disso, essas pessoas eram provavelmente diagnosticadas como deficientes mentais no Brasil e no mundo. Neste contexto, a história da educação brasileira para autistas foi balizada pelas concepções presentes em cada época sobre a educação de crianças deficientes.

Devido à forte influência da medicina na educação, que marcaram por muito tempo a história da educação especial brasileira, e em alguns casos até nos dias atuais, produziram-se tratados teóricos e pedagógicos, assim como a criação de um setor da Inspeção Médico-Escolar através do Serviço de Higiene e Saúde Pública. Em 1900, foi apresentado um estudo intitulado “Da educação e tratamento médico-pedagógico” pelo Dr. Carlos Fernandes Eiras que trazia preocupações pedagógicas ligadas às ações médicas.

Em 1917, Dr. B. Vieira Mello publicou “Débeis mentais na escola pública e Higiene escolar e pedagogia”, contendo normas de trabalho para todos os profissionais, seleção dos anormais, especificação das deficiências e criação de classes. O critério para avaliar a anormalidade contida na publicação do estudo de B. Vieira de Mello, seria o grau de inteligência em relação aos alunos da mesma idade e a observação da atenção do aluno, da sua memória (JANNUZZI, 2006). Os resultados destas avaliações identificavam os sujeitos como sendo anormais intelectuais (tardios, precoces ou com exagero das faculdades em comparação com os da sua idade), os morais (subdivididos entre os que tinham moral dependente de anomalia intelectual) e os pedagógicos (dotados de inteligência com grau inferior à sua idade). A deficiência, principalmente intelectual passou a estar relacionada á problemas básicos de saúde, causadores de nossa degenerescência, tuberculose e doenças venéreas (MAGALHÃES, 1913 apud JANNUZZI, 2006 p. 44).

Nesta época, os médicos perceberam a importância da pedagogia, e passaram a criar instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos. Em 1913 as crianças bem comprometidas e taxadas de mentecaptas por Basílio de Magalhães em sua obra: “Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclama, - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras – os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da Pátria Brasileira”, permaneciam segregadas com os adultos tidos como loucos. Somente no ano de 1921 passaram a ter orientação pedagógica, junto com o atendimento clínico através da criação do pavilhão para crianças

no Hospício de Juquery, criado pelo doutor Franco da Rocha que mais tarde recebeu uma escola, Pacheco e Silva. A educação dessas crianças deveria ser feita em classes separadas, coletivamente com uma base metodológica do aprender a aprender, a ortopedia mental, corrigindo a atenção, memória, percepção, juízo e vontade através da listagem das diversas técnicas comportamentais para educar a vontade: treinamento para distinguir objetos diferentes, repetição de palavras e números, ordem crescente de complexidade. Em outros casos as crianças aprendiam artesanato e atividades como vestir, comer, etc. Estas instruções seriam dadas por mestres vindos da Europa e Estados Unidos para médicos, auxiliados pelos pedagogos.

Para Jannuzzi (2006), a defesa desta educação foi feita em nome da “Ordem e Progresso” através da forte influência do positivismo no Brasil que teve como sua representação, o emprego da frase positivista, extraída da fórmula máxima do positivismo: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”, que passa a imagem de que cada coisa em seu devido lugar conduziria para a perfeita orientação ética da vida social. Desta maneira, evitaria a germinação de criminosos e desajustados de toda espécie (MAGALHÃES 1913, apud JANNUZZI 2006 p.47). Para trabalhar com estas crianças, no ano de 1929, Ulysses Pernambucano organizou a primeira equipe multidisciplinar composta por psiquiatra, pedagogo e psicólogo.

Deliberações oficiais para a educação especial no Brasil tiveram seu início na década de 1950, onde campanhas e expansão dos serviços de atendimento educacional especial se constituíram como propostas fundamentadas na percepção de alguns governantes quanto à necessidade e

importância da educação destinada aos excepcionais. Em 1956 Juscelino Kubitschek indicou o “o pouco atendimento público a esse alunado”, baseando-se no fato de que o último senso escolar revelara “a existência de 100 mil cegos e 50 mil surdos no país” dentre os quais “apenas 0,3% e 1,5% recebiam educação oficial sistemática” (JANNUZZI, 2006, p.71).

O Governo Federal brasileiro empreendeu nesta mesma década, em nível nacional, ações que visavam a dar sustentabilidade ao atendimento educacional das pessoas com deficiência, por meio de decretos, garantias direcionadas às especificidades das deficiências

Tais deliberações do poder estatal ocasionaram expressiva participação das esferas particulares, especificamente da sociedade civil, na viabilização da oferta especializada de ensino que já nos indícios da precariedade dos órgãos públicos em prover as adequadas condições em todo o território nacional destas atuações

Desta maneira, Embora a educação especial estivesse na pauta dessas deliberações políticas, pode-se instituições especializadas e centros de reabilitação, passaram a organizar seus atendimentos moldados no modelo médico-pedagógico.

Estas instituições passaram a receber, em reconhecimento de sua representatividade, incentivos financeiros provindos do poder público, através de convênios. Este reconhecimento, portanto, reforçou, em grande medida, o percurso seguido pela educação especial, caracterizado pelo afastamento do Estado na concretização das condições educacionais necessárias às pessoas

com deficiência e em lugar deste, a consolidação de outras formas de garantias desses direitos.

A partir de 1960, ancoradas pela necessidade de expansão dos serviços educacionais especiais principalmente ancorados pelas iniciativas particulares, as deliberações estatais perderam força pela identidade formada por ações filantrópicas, porém havia um gradativo aumento da oferta do ensino, frente à representatividade que se passou a atribuir à escola, a fim de corresponder às perspectivas desenvolvimentistas da sociedade da época (WEREBE, 1997, p.69).

Ainda nesta década, a promulgação da LDB 4024/61, reafirmou-se, no plano da educação especial, o direito dos excepcionais à educação. Mesmo assim, a vigência do sistema educacional especializado, em oferta nas instituições e centros de reabilitação, continuou em expansão.

Na década de 70 houve a ampliação das ações políticas, em face de reivindicações que objetivavam melhorias para esta área resultando a incorporação de várias questões pertinentes à organização e sistematização da oferta de Educação Especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº5692/71.

Em relação às iniciativas de integração, compromissos oficiais, caracterizavam pela defesa da participação efetiva do indivíduo com deficiência, no sentido de que este pudesse fazer valer os seus direitos enquanto membro da sociedade. No ano de 1973, foi criado o Centro Nacional

de Educação Especial<sup>3</sup> (CENESP), um órgão central, responsável técnica e financeiramente pelas iniciativas concernentes ao atendimento de pessoas com deficiência, sob a supervisão da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Desta maneira a educação especial pública passou por um processo de criação de classes e escolas especiais e os Ministérios da Educação e Cultura e da Previdência estabeleceram diretrizes básicas para a ação integrada de órgãos com o objetivo de criar serviços de Educação Especiais em todas as Secretarias Estaduais de Educação.

Somente na década de 80 foi que o Brasil iniciou uma proposta de integração educacional de pessoas com deficiência na rede regular de ensino por conta do empenho de segmentos da sociedade civil que, buscaram a construção de projetos que iam ao encontro das demandas em relação às condições de acesso e permanência nas escolas.

Através da Constituição Federal de 1988 é que se inscreve de modo explícito o direito ao 'atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino' que remete à idéia de levar em conta que a oferta de ensino em instituições permanece, o que vem indicar, portanto, a consolidação desse direito pelas vias do assistencialismo e filantropia.

---

<sup>3</sup> O Cenesp tinha por finalidade, de acordo com o artigo 2º do Regimento interno: Planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educados com problemas de conduta e os superdotados, visando a sua participação progressiva, na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial.

O atendimento educacional das pessoas com autismo e psicoses no Brasil foi historicamente oferecido pela educação especial, em instituições especializadas, porém a maioria destas instituições não realizava este atendimento, justificando pela complexidade da síndrome. A primeira escola formada para atender exclusivamente alunos autistas em território brasileiro foi a AMA (Associação dos Amigos do Autista) de São Paulo, que foi fundada por um grupo de pais de crianças autistas, promovido pelo Dr. Raymond Rosenberg no dia oito de agosto de 1983.

Desde o ano de sua fundação até o ano de 1988, a AMA não teve grandes progressos no desenvolvimento de pesquisas para encontrar uma metodologia adequada para o desenvolvimento das crianças autistas, até que um grupo de mães conseguiu uma verba governamental para visitar instituições dos Estados Unidos e da Europa com a finalidade de conhecer as atividades realizadas com os autistas. Estes países já se encontravam em um nível mais avançado de conhecimento. A primeira associação mundial de autismo foi criada em 1962 na Inglaterra. No mesmo período que ocorreu a visita do grupo de pais à estes países o programa TEACCH<sup>4</sup> (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children) vinha sendo implantado em um número crescente, e isto fez com que a AMA passasse a implantar no Brasil este programa a partir de 1991, orientada por profissionais da Dinamarca e da Suécia.

---

<sup>4</sup> O programa TEACCH visava estimular o aluno mediante a organização e planejamento das atividades rotineiras. Trata-se de um programa de ensino comportamental que busca propiciar comportamentos previsíveis. Para atingir estes objetivos, o programa TEACCH procura adaptar um currículo pedagógico, associando técnicas de reeducação comportamental e dando ênfase ao desenvolvimento e preparação para a vida adulta.

Com compromisso firmado na Declaração de Salamanca<sup>5</sup>, em 1994, reforça os propósitos da oferta educacional destinada a todos os grupos de pessoas, buscando-se assim “o compromisso de viabilização de uma educação de qualidade, como direito da população, que impõe aos sistemas escolares a organização de uma diversidade de recursos educacionais”, mesmo assim as instituições que atendem alunos autistas, passam a aumentar gradativamente.

Desta maneira a política nacional brasileira elaborou a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) oficialmente expressa à conformação aos compromissos assumidos internacionalmente, em prol de uma educação básica, universal e eqüitativa onde passa a considerar que a integração, social ou educacional, passariam a reduzir as condições de adversidade, sejam estas sociais ou econômicas, porém, ao mesmo tempo em que se apontam avanços no percurso da Educação Especial no Brasil, ainda podemos constatar muitos problemas, que estão relacionados à insuficiência de ações organizadas entre os diversos níveis de planejamento nas esferas estadual, municipal e particular; planejamentos distanciados da realidade educacional e funcional da vida do aluno; escassez de recursos financeiros para os programas de educação especial e carência de técnicos para orientação, acompanhamento e avaliação da programação pedagógica a ser desenvolvida com o aluno” (BRASIL, 1994, p.31-32).

---

<sup>5</sup> A Declaração de Salamanca (Salamanca - 1994) é uma resolução das Nações Unidas que tratam dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembléia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Faz parte da tendência mundial que vem consolidando a educação inclusiva. A sua origem é atribuída aos movimentos em favor dos direitos humanos e contra instituições segregacionistas, movimentos iniciados a partir das décadas de 1960 e 1970.

Em relação ao atendimento educacional especializado para alunos autistas, as dificuldades também não são diferentes:

*“À primeira vista, pode parecer que estamos frente a uma população privilegiada, tamanha quantidade de leis, encontros, seminários, instituições pensando, formulando e sugerindo propostas. De volta à realidade, podemos ver que: fora dos grandes centros, a população de autistas e portadores de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, em geral, têm poucos ou nenhum de seus direitos respeitados” (HORITA, 2005).*

Apesar de todo aparato que o Brasil possui de grandes centros universitários com incentivo à pesquisa no âmbito da Educação Especial e centros educacionais e instituições particulares que possuem grande experiência no atendimento educacional para autistas, o visível desinteresse das estruturas governamentais no que se refere à falta de investimento em recursos financeiros e recursos humanos especializados.

Atualmente estão cadastradas na ABRA (Associação Brasileira de Autismo), 117 instituições de atendimento educacional específico para alunos autistas que se utilizam de programas de ensino focados em teorias comportamentais como o TEACCH e o ABA<sup>6</sup> (Applied Behavior Analysis) e também na prática de terapias que compõem a maior parte do tempo das atividades escolares, mas, que não são caracterizadas como atividades pedagógicas. Entre estas terapias estão: musicoterapia, equoterapia, hidroterapia, terapia ocupacional, terapia fonoaudiológica, psicoterapia.

---

<sup>6</sup> Applied Behavior Analysis (ABA), que teve seu conceito apresentado no ano de 1938, avançou suas aplicações em 1950, com a publicação do livro Princípios da Psicologia (Keller and Schoenfeld, 1950) e veio acrescentar dados obtidos em laboratório, aos métodos, conceitos e princípios apresentados por Skinner em 1938. O aumento no número de pesquisas realizadas na década de 50 na área de educação especial e comportamento delinqüente contribuíram para a criação do Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) em 1968 que passou a publicar pesquisas relevantes na área da Análise Comportamental Aplicada.

## **Práticas pedagógicas para alunos autistas: colhendo as influências políticas e médico pedagógico.**

Como relatado anteriormente a grande maioria das deliberações do poder estatal, ocasionaram expressiva participação das esferas particulares, especificamente da sociedade civil, na viabilização da oferta especializada de ensino, uma vez que era constatado indícios da precariedade dos órgãos públicos em prover as adequadas condições em todo o território nacional destas atuações.

Estas instituições especializadas passaram a organizar seus atendimentos moldados no modelo médico-pedagógico. Neste período a escola especial passou a obter os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem no enfoque comportamental. Suas técnicas passavam a focar os princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos, abordagem esta que predomina até os dias atuais.

Os programas educacionais estão voltados até hoje para o atendimento voltado para o modelo comportamental que está centrado na interdependência entre intervenção e avaliação. A questão do diagnóstico é focada mediante a observação das competências e dificuldades apresentadas por meio de testes, escalas e questionários com base em critério e observação do comportamento, que em curto prazo passarão a identificar as atividades que os alunos deverão realizar tendo em vista suas limitações.

Estes métodos utilizados focam a modificação do comportamento através do Applied Behavior Analysis (ABA), que possui como objetivos

aumentar, diminuir, melhorar, criar ou eliminar comportamentos previamente observados e identificados segundo critérios de funcionalidade para um determinado indivíduo em relação a seu ambiente. A habilidade que ainda não faz parte do repertório da criança é ensinada em etapas e caso seja necessário, faz-se uso, de reforçadores. A análise do comportamento pressupõe que é fundamental conhecer as variáveis que mantêm o comportamento, e a partir desse conhecimento, propor formas alternativas de se conseguir a mesma consequência com um comportamento diferente.

Estes programas não consideram a possibilidade de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Uma vez que a síndrome remete às dificuldades no relacionamento social, passam a restringi-las de novos espaços e experiências sociais diferenciadas.

O atendimento educacional aos alunos autistas foi e é marcado por um modelo educacional que busca a aprendizagem funcional. O sujeito autista é reduzido aos seus sintomas e comportamentos atípicos e os educadores, médicos e psicólogos se orientam pela racionalidade técnica e instrumental.

Considero que esta visão sobre as classificações médicas e as limitações de processos de intervenção terapêutica e comportamental na educação de sujeitos autistas precisa ser transformada, indagada e estar aberta para novos caminhos, possibilitando uma revisão do termo incapacidade presente ainda hoje no atendimento educacional para alunos autistas no Brasil.

## **Possibilidades e perspectivas educacionais no contexto das reformas da educação brasileira e princípios integradores.**

A legislação contemporânea brasileira está fundamentada na viabilização do acesso ampliado a todos os alunos à rede educacional. Esse fator acaba incidindo sobre as redefinições nas políticas também para a área da Educação Especial. Estas redefinições estão amparadas por compromissos assumidos internacionalmente, sugerindo que a adoção de medidas assumidas em caráter nacional encontra-se estreitamente relacionadas aos propósitos econômicos mais amplos, porém para isso, novas alternativas educativas são necessárias.

Para estas novas alternativas educativas é necessário o aprimoramento de atividades pedagógicas no âmbito educacional para alunos autistas através de um olhar diferenciado para esse sujeito e para as concepções metodológicas e pedagógicas atuais que focam sua atuação no condicionamento de comportamentos.

Pensar em atividades escolares com o real sentido de inclusão, com alunos autistas, fundamentadas na abordagem histórico cultural, significa pensar em uma prática oposta às que contemplam programas de mudança comportamental fundamentadas no behaviorismo, nas quais o aluno precisa adaptar-se às condições da escola e da sociedade como foram apresentadas no capítulo anterior ao relatar as concepções teóricas que orientam as atuais práticas pedagógicas desenvolvidas com estes alunos. Olhar para a educação de autistas sob esse prisma significa reconhecer que toda criança aprende e se

desenvolve na relação que estabelece com o outro e com os bens materiais e simbólicos que fazem parte da sua cultura. Assim, podemos deixar de ver o aluno autista como um ser passivo no processo educativo e desenvolvemos um olhar para além de suas condições sindrômicas. Este aluno passa a ser um sujeito social que assume essa posição no processo de aprendizagem e na apropriação da cultura como produtor de sua história na sociedade da qual faz parte.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal<sup>7</sup> na atuação pedagógica para autistas deve ser um fator importante neste processo educativo. Esta maneira de atuação faz com que estes alunos sejam beneficiados com condições reais de aprendizagem. Seria viável se estes espaços educativos passassem por um processo de transformação no sentido de proporcionar ao aluno condições de acesso às questões sociais, deixando de lado os modelos educacionais individualizados e independentes de forma que possa ampliar possibilidades reais de desenvolvimento.

## **Conclusão**

Mesmo com tantas garantias legais de acesso e permanência de sujeitos autistas nas esferas sociais e educacionais, observamos que estas não se constituíram em suas esferas totais.

---

<sup>7</sup> Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conceito elaborado por Vygotsky, e define a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através de resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro. Quer dizer, é a série de informações que a pessoa tem a potencialidade de aprender, mas ainda não completou o processo, conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis.

Já no início das ações do governo evidencia-se a precariedade e iniciativa reduzida da oferta de educação pública com o avanço educacional em esferas particulares o que contribuiu para a perda constante do seu caráter público.

Estas instituições passaram a oferecer modelos educacionais dentro de uma linha metodológica onde as técnicas comportamentais tinham como objetivo educar através do treinamento através da forte intervenção da medicina na área educacional. O que se observa é que após quase 90 anos, o Brasil não avançou no sentido de ampliação de perspectivas educacionais nas práticas pedagógicas no enfoque da educação especial principalmente na educação dos alunos autistas onde os princípios de modificação de comportamento e de controle de estímulos, predominam até os dias atuais.

Por outro lado a transferência da responsabilidade estatal de sua oferta e manutenção para organizações sociais, intensificada a partir dos anos 1990, em vez de significar garantia de universalização do direito público, representa um retrocesso, uma vez que nossa realidade aponta para muitas barreiras, relacionada à inclusão social e também nas esferas educacionais onde o foco na concepção do déficit historicamente impossibilitou e impossibilita o aluno a desenvolver-se no âmbito das funções psicológicas superiores, na medida em que as práticas educativas tornam-se reduzidas.

## Referências Bibliográficas:

- American Psychiatric Association (1994) "Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders", DSM-IV, 4th ed., Washington, D.C.
- BARON-COHEN, S., Allen, J., & GILLBER, C. (1992). "Can autism be detected at 18 months? The needle, the haystack, and the CHAT". *British Journal of Psychiatry*. 1992. 161, 839-843.
- BEREOHFF, A. M. P., LEPPOS, A. S. S. & Freire, Lúcia H. V. (1994) **Considerações técnicas sobre o atendimento psicopedagógico do educando portador de condutas típicas da Síndrome do Autismo e de Psicoses Infanto-juvenis**. ASTECA. Brasília
- BRASIL.(2001) **Ministério da Educação. Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP. Brasília
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (2001b) Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília.
- \_\_\_\_\_. Lei 5.692, de 11/8/1971, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (1994) **Política nacional de educação especial**. MEC/SEESP (Série Institucional). Brasília.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) (1997) **Declaração de Salamanca (UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. CORDE. Brasília
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (2001a) Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001.2.ed revista-atualizada-ampliada.: EDIPRO (Série Legislação). Bauru, São Paulo.
- BUENO, J. G. S. (1993) **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. EDUC. São Paulo.
- CAMBAÚVA, L. G. (1988) "Análise das bases teórico-metodológicas da educação especial". Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. (1996) **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. Cortez. Campinas: Unicamp; Faculdade de Educação: Faculdade de Ciências Médicas. São Paulo.

- EISENBERG, L. & Kanner, L. (1956). "Early infantile autism". En: American Journal of Orthopsychiatry, XXVI, 3, 556-566.
- FACION, J.R. (1995) "A síndrome do autismo e os problemas na formulação do diagnóstico". En Gauderer, E.C (ed) (1995) **Autismo e outros atrasos no desenvolvimento**. Editora Revinter. Rio de Janeiro. pp. 158-161.
- FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. (2004) "Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas". En: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.) (2004) **Políticas e práticas da educação inclusiva**.: Autores Associados. Campinas. São Paulo. 5-53
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. (2003). **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A.
- GARCIA, R. M. C. "A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência" En: Contribuições vygotkianas, 1(1), 4-90.
- HORITA, R. M. M. "Políticas públicas de saúde para portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento" En: CAMARGOS Jr., Walter (coord.) (2005) **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3o Milênio**.: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília. p. 260.
- JANNUZZI, G. de M. (2006) **A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Autores Associados. Campinas, São Paulo.
- MAGALHÃES, B. de. (1913) **Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuição para o estudo desse complexo problema científico social, cuja solução urgentemente reclamam, - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras, - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da prática brasileira**. Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues S. C. Rio de Janeiro. 196p.
- MAZZOTTA, M. J. S. (2001) **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. Cortez. São Paulo.
- Organização Mundial de Saúde (1993) "Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10". En: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas (1993). Trad. Dorival Caetano. Artes Médicas. Porto Alegre
- RIVIÈRE, A. (1997) "El tratamiento del autismo como trastorno del desarrollo: Principios generales". En A. Rivière y J. Martos (comp.): **El tratamiento del autismo**. Nuevas perspectivas. IMSERSO Y APNA. Madrid.
- RIVIÈRE, A. (2004) "O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento". En: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (orgs.) (2004)

**Desenvolvimento Psicológico e Educação.** Artmed. Porto Alegre. 13-39.

SKINNER, B.F. (1938) **The behavior of organisms: an experimental analysis.** New York: Appleton-Century-Crofts, Inc.

\_\_\_\_\_. (1957) **Verbal behavior.** Appleton-Century-Crofts. New York.

\_\_\_\_\_.(1974) **Ciência e comportamento humano.** Edard. São Paulo.[1953]

\_\_\_\_\_.(1982) **Sobre behaviorismo.** Cultrix/EPU. 1982. São Paulo. [1974]

SKLIAR, C. (Org.). (1997) **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Mediação. Porto Alegre

UNESCO (1990) **Declaração mundial de educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.**Tailândia.

VYGOTSKI, L. S. Estúdio (1993) **Del desarrollo de los conceptos científicos em La edad infantil. Obras escogidas II.** Visor. Madrid.

VIGOTSKI, L. S. (1997) **Obras escogidas V: fundamentos de defectologia.** Visor. Madrid.

WEREBE, M. J. G. (1997) **30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil.** 2.ed. Ática. São Paulo

WINDHOLZ, M. H. (1988) **Passo a passo, seu caminho. Guia curricular para o ensino de habilidades básicas.** EDICON. São Paulo

\_\_\_\_\_. (1989) "Aprendendo a ensinar crianças especiais: Passo a passo se fez um caminho". En: *Psicologia:Teoria e Pesquisa* (1989) 4:257:267.

WING L. (1997)"O contínuo das características autistas". En: Gauderer C. ET AL. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento. 2.** Ed. Ver. : Revinter. Rio de Janeiro. 111-119.

WING L. (1975) "Severe impairments of social interaction and associates abnormalities in children: Epidemiology and classification". En: *Journal of Autism and Developmental Disorders.* n. 9. 11-29.